

PRÁXIS INTERCULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR AMAZÔNICO: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE LICENCIATURA INDÍGENA EM RONDÔNIA.

Vanubia Sampaio dos Santos Lopes
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
vanubia.sampaio@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e refletir acerca da primeira experiência de estágio realizado em contexto não indígena pelos acadêmicos e acadêmicas indígenas do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia. Esse trabalho evidencia a experiência da disciplina de Estágio com atividades desenvolvida na área de Ciências da Linguagem Intercultural do referido curso. Tal ação se desenvolveu numa escola pública urbana estadual não indígena no município de Ji-Paraná vivenciado numa perspectiva intercultural no segundo semestre de 2017. A metodologia adotada numa perspectiva de abordagem qualitativa com coleta de dados a partir de observação e entrevista realizada com os acadêmicos do curso de licenciatura que estavam desenvolvendo a prática de estágio. Essa experiência de estágio foi realizada no primeiro semestre de 2017, com carga horária de 80h, dividida em observação, planejamento e regência. O estágio possibilitou aos acadêmicos e acadêmicas indígenas refletir e repensar essa experiência e futuras ações pedagógicas fora do espaço escolar indígena no contexto amazônico. Conforme previsto no projeto político pedagógico do curso o estágio supervisionado está subdividido em 5 estágios, sendo que no ensino médio acontece fora do contexto da aldeia, com conteúdos programados pelos acadêmicos e acadêmicas indígenas (não há Ensino Médio nas escolas indígenas). Na seleção dos conteúdos considerou-se as orientações previstas no RCNEI (1998) que tem como proposta uma educação intercultural, bilíngue e diferenciada. A experiência se desenvolveu com conteúdos temáticos tendo como eixo principal na área da linguagem abordando a interculturalidade e identidade. Foi desenvolvida em uma escola da Rede Estadual de Ensino com turmas e séries diferenciadas que integram o ensino médio. O Estágio constitui-se um componente curricular obrigatório no curso de formação inicial de docentes previsto no projeto político pedagógico do curso de Licenciatura Intercultural, uma vez que deve também atender as exigências propostas pela Lei nº 9.394/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica e também pelas Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, porém sem desconsiderar as especificidades e os saberes indígenas.

Palavras-Chave: Estágio supervisionado; Prática docente, Indígena; Escola Urbana

1. Introdução: Contextualização do NEIRO ao curso de Licenciatura Intercultural em Rondônia

O Brasil conta igualmente com uma enorme diversidade de povos e culturas provenientes das populações que habitavam esse território antes da chegada dos colonizadores nos século XVI. Há no Brasil 896. 917 mil indivíduos, segundo dados gerais do Censo de 2010. Em Rondônia, os índios correspondem a um total de 13.076 mil pessoas, pertencem a 29 sociedades indígenas conhecidas, distribuídas em 23 Terras indígenas que corresponde a um total de 20,82% da área do estado. (IBGE, 2009). São as etnias conhecidas como: Tupari, Canoé, Suruí, Djeoromitxí, Aruá, Aikanã, Kassupá, Sabanê, Mamaindê, Karitiana, Kwazá,

Migueleno, Oro Waram, Oro Mon, Oro Waram Xijein, Oro Eo, Oro N'ao, Cao Oro Waje, Nambikwara, Karipuna, Salamã, Arara e Gavião, estas duas últimas, estão localizadas na Terra Indígena Igarapé Lourdes no município de Ji-Paraná e pertencem à família linguística Tupi-Mondé e Ramarama. São as etnias que estão sob coordenação da CRE/SEDUC do núcleo de Ji-Paraná.

O processo histórico da Educação Escolar Indígena brasileiro é marcado por diversas fases, em Rondônia não foi diferente, mas destacamos especialmente na década de 80, a partir da participação e atuação das comunidades indígenas no sentido de fazeres e tomadas de decisões relevantes que dá início as ações que direcionaram os processos de educação escolar indígena no estado. Neste sentido, as comunidades indígenas passaram a se articular e as lideranças a terem maior participação efetiva iniciando a discussão de uma escola diferenciada, levando em consideração a cultura e a língua materna possibilitando o acesso aos conhecimentos e cultura universais.

Todos esses esforços e debates ao longo dos anos resultou na Criação do Núcleo de Educação Indígena de Rondônia - NEIRO, sediado na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, formado por diferentes instituições. O NIERO no decorrer de sua atuação desenvolveu um Plano de Ação com o objetivo de Formação em Magistério dos Professores índios, culminando com o Projeto Açaí, um momento de registro e de muita importância para as populações indígenas em Rondônia. Em 2004, após a conclusão da primeira turma do Projeto Açaí, continuaram as discussões com professores índios e não índios, sobre a continuação da formação dos professores índios, articulando-se uma proposta de um curso de Educação Intercultural Indígena, para continuação acadêmica de professores na Universidade Federal de Rondônia. Após cinco anos de muitos debates incansáveis, em setembro de 2009 foi criado o curso de nível superior de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, através do Departamento de Educação Intercultural do *Campus* de Ji-Paraná-RO.

O curso foi organizado levando em consideração o currículo integrado, considerando as atividades de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, envolvendo todos os cursos das seguintes áreas de atuação. A construção da proposta de implementação do Curso de Licenciatura Intercultural, foi fruto de grandes e intensas discussões das comunidades indígenas por meio do movimento Indígenas e dos próprios professores e professoras indígenas junto a Universidade.

2. A Experiência Intercultural na prática de Estágio Supervisionado na perspectiva dos Acadêmicos Indígenas em Rondônia

O Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura Intercultural da UNIR é uma atividade curricular obrigatória prevista no Projeto Político Pedagógico (PPP), tendo como base legal o parecer CNE/CP 21/2001 e a Resolução CNE/CP 02/2002. Quanto aos objetivos o estágio deve possibilitar entre a articulação reflexiva, conhecimentos e saberes indígenas, conhecimentos teóricos e a prática vivenciada nas escolas.

Considerando a prática do estágio curricular supervisionado o regulamento aponta que como campo de estágio as escolas de educação básica das redes públicas, preferencialmente os espaços escolares das aldeias, podendo procurar outras unidades escolares na cidade quando não houver a modalidade de ensino médio, ou outra do interesse do acadêmico em sua aldeia. Deste modo, parte da carga horário deste componente curricular é desenvolvida em escolas urbanas não indígenas.

A experiência de estágio foi realizada no primeiro semestre de 2017, com carga horária de 80h, dividida em observação, planejamento e regência. Tendo como objetivo apresentar e refletir acerca da primeira experiência de estágio realizado em contexto não

indígena pelos acadêmicos e acadêmicas indígenas do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia. Esse trabalho evidencia a experiência da disciplina de Estágio Supervisionado com atividades desenvolvida na área de Ciências da Linguagem Intercultural do referido curso. Tal ação se desenvolveu numa escola pública urbana estadual não indígena no município de Ji-Paraná vivenciado numa perspectiva intercultural nos meses de fevereiro e março de 2017.

O estágio supervisionado no ensino médio foi dividido em dois momentos, o primeiro foi observação e o segundo a regência em sala de aula, o que possibilitou aos acadêmicos e acadêmicas indígenas refletir e repensar essa experiência e futuras ações pedagógicas fora do espaço escolar indígena no contexto amazônico. Conforme previsto no projeto político pedagógico do curso o estágio supervisionado está subdividido em 5 estágios, sendo que no ensino médio acontece fora do contexto da aldeia, com conteúdos programados pelos acadêmicos e acadêmicas indígenas (não há Ensino Médio nas escolas indígenas). A prática de estágio foi desenvolvida pelos acadêmicos que se organizaram em duplas sendo que os temas ora escolhidos foram pensados a partir de discussões e debates envolvendo os professores da disciplina, professor coordenador do estágio e os acadêmicos do curso. As temáticas propostas foram as seguintes: *Linguagem, Interculturalidade e Identidade cultural*. O Planejamento, programação e a regência dos conteúdos foram realizados seguindo os critérios didático-metodológica orientado e proposto de acordo com Zabala (1998), ao afirmar que, a prática educativa envolve o trabalho das sequenciais didáticas, tipologia dos conteúdos.

Observou-se que as aulas ministradas pelos acadêmicos indígenas na escola pública foram inéditas, bastante produtivas e envolvendo uma participação de todos os alunos do ensino médio nas atividades desenvolvidas. Uma grande maioria sugeriu que a aula de regência acontecesse mais vezes na escola. A fala do acadêmico indígena Gamalonô Suruí resume bem o que é uma experiência intercultural ao dizer que:

[...] fez uma grande contribuição para minha experiência de transmitir o meu conhecimento aos alunos da escola Estadual] Jovem Vilela e também avançar a minha prática de trabalho dentro da escola como sendo professor indígena. (Gamalonô Suruí, março de 2014).

Constatou-se que a experiência dos acadêmicos indígenas no estágio supervisionado significou uma experiência inédita, pela primeira vez um professor indígena esteve à frente de uma sala de aula de escola urbana enquanto professor regente. Para o acadêmico indígena Roberto Gavião essa experiência foi:

[...] mais uma experiência que adquiri nesta apresentação, porque foi primeira vez na minha trajetória de vida que fiquei diante de um público, foi mais um aprendizado. Este evento foi muito importante porque através dela os indígenas de diferentes etnias passaram para os estudantes um pouco de suas histórias suas realidades. E assim puderam oportunidade de conhecer a história de cada povo do estado de Rondônia. (Roberto Gavião, março de 2014).

Diante disso conclui-se que o estágio possibilitou e permitiu aos acadêmicos do curso refletir sobre a aproximação e distanciamento entre o contexto da escola indígena e não indígena, assim como também contribuir para produção de conhecimento humano, científico, cultural e social.

CONCLUSÃO

O estágio supervisionado possibilitou um espaço pedagógico de situações concretas de reflexão-ação no contexto de educação intercultural, relacionando-as teoria e a prática adquirida no processo de formação com finalidade de contribuir para a maior compreensão do papel da escola indígena e do professor no processo de ensino-aprendizagem em contextos interculturais vivenciados e socializados em sala de aula.

A regência se deu a partir da socialização entre acadêmicos indígenas e alunos da escola pública, através de parceria entre a Universidade Federal de Rondônia -UNIR e a escola da Rede Estadual de Ensino da SEDUC - Secretaria de Estado de Educação.

Os conteúdos trabalhos utilizando diferentes recursos, didático-metodológicos como: pesquisa bibliográfica, explanação oral aliado aos novos recursos de apresentação de imagens e vídeos sobre o contexto e vida nas aldeias indígenas em Rondônia. Os conceitos e temas trabalhados propiciaram aos acadêmicos aproximarem da dinâmica de uma sala de aula do ensino médio, tendo como referências os percalços e os desafios que a profissão impõe. As possibilidades de demonstrar aos alunos os vários tipos de linguagem humana e cultura indígenas, desta forma os alunos puderam observar e diferenciar os diferentes contextos e a diferentes culturas que compõe a Amazônia.

Referencias

MEC. SECAD/DEDC/CGEEI. *Educação Escolar Indígena: As leis e a educação escolar indígena*. Org. Luís Donisete Benzi Grupioni – SECAD, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CEB Nº 5/2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília. 2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 14 de maio de 2017.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

_____. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. *Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas*. Brasília. MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CEB Nº 03/1999*. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Brasília 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 14 de maio de 2017.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Licenciatura em Educação Básica Intercultural*. Universidade Federal de Rondônia, Campus Ji-Paraná. DEINTER. 2008.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa – Como ensinar*. Artmed. Profissão Professor, Lisboa, Dom Quixote. 1998.